

Gestão 2022-2024

Procurador-Geral de Justiça
Alexandre Magno Benites de Lacerda
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional
Paulo César Zeni
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Legislativo
Romão Avila Milhan Junior
Corregedor-Geral do Ministério Público
Silvio Cesar Maluf
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Helton Fonseca Bernardes
Ouvidor do Ministério Público
Renzo Siufi
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
Camila Augusta Calarge Doreto
Secretária-Geral do MPMS
Bianka Karina Barros da Costa

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sergio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Sergio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Junior</i>	Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	Procuradora de Justiça <i>Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira</i>
Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Fernandes Sisti</i>
Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª a 6ª feira, das 12 às 19 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão

e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: caodh@mpms.mp.br

**CONSELHO SUPERIOR****AVISO Nº 019/2024/SCSMP**

A Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público, em cumprimento ao disposto no artigo 126 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, dá conhecimento aos interessados da existência da promoção de arquivamento dos autos abaixo relacionados, para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresentem razões escritas, peças informativas ou documentos que serão a estes juntados:

1) Inquérito Civil nº 06.2015.00000285-6 - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerido: Município de Ponta Porã - Assunto: Apurar contratação irregular de empresa de consultoria empresarial pelo Município de Ponta Porã/MS. **2) Inquérito Civil nº 06.2018.00003020-9** - 16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados - Requerente: Anônimo - Requerido: Município de Dourados e outros - Assunto: Apurar eventuais irregularidades consistentes no pagamento de adicional de produtividade à servidores públicos municipais, sem a devida regulamentação. **3) Inquérito Civil nº 06.2019.00001873-1** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nova Andradina - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerido: Município de Nova Andradina - Assunto: Apurar a ocorrência de poluição sonora em eventos realizados pelo Município de Nova Andradina na praça Geraldo Matos Lima, assim como em decorrência da aglomeração de veículos com som mecânico após o encerramento. **4) Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas nº 09.2020.00000099-6** - 1ª Promotoria de Justiça dos Direitos Humanos da comarca de Coxim - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Município de Alcinópolis e Município de Coxim - Assunto: Solicitar aos Municípios de Coxim/MS e Alcinópolis/MS, para aderirem ao Sistema Nacional de Promoção de Igualdade Racial - SINAPIR. **5) Inquérito Civil nº 06.2020.00000650-2** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Chapadão do Sul - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Agropecuaria Condor Ltda. - Assunto: Promover a intervenção necessária para recuperação das nascentes nº 238, 239 e 240, localizadas na Fazenda Boa Vista. **6) Inquérito Civil nº 06.2020.00000977-6** - 76ª Promotoria de Justiça da Saúde da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Secretaria Municipal de Saúde - Assunto: Acompanhar as providências adotadas pela Secretaria Municipal de Saúde, a fim de regularizar as irregularidades sanitárias apontadas no aludido documento na UBSF Alves Pereira. **7) Inquérito Civil nº 06.2020.00001287-0** - 17ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Infância e da Juventude da comarca de Dourados - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Estado de Mato Grosso do Sul, Município de Dourados e Município de Laguna Carapã - Assunto: Apurar a ausência de políticas públicas voltadas ao atendimento de jovens em situação de desproteção social e abandono familiar após o desligamento de serviço de acolhimento em decorrência da maioridade civil, na Comarca de Dourados/MS. **8) Inquérito Civil nº 06.2021.00000309-7** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Cassilândia - Requerente: Polícia Militar Ambiental de Cassilândia - MS - Requeridos: Luiz Prado de Magalhães e Michelle Mamed Jordão - Assunto: Apurar desmatamento de 1,05 hectares de vegetação nativa em áreas de reserva legal proposta e área consolidada, na Fazenda Vale do Rio Santana, em Cassilândia/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 349/20/NUGEO (Programa DNA Ambiental - 2020). **9) Inquérito Civil nº 06.2021.00000342-0** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ribas do Rio Pardo - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Antonio Sergio Borges - Assunto: Apurar dano ambiental decorrente de degradação ambiental, com carreamento do solo para o interior de áreas de especial proteção, na "Fazenda 3 Córregos", em Ribas do Rio Pardo/MS, sem que estejam sendo realizadas práticas conservacionistas, conforme Relatório de Vistoria da 3ª PPMA/1ª CIA/ BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR AMBIENTAL/CPE. **10) Inquérito Civil nº 06.2021.00000784-9** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Iguatemi - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Prefeitura Municipal de Tacuru, Carlos Alberto Pelegrini (ex-Prefeito de Tacuru) e Fábio Clemense da Silva - ME - Assunto: Apurar eventuais irregularidades na execução dos contratos firmados entre a Prefeitura de Tacuru e a empresa Fábio Clemense da Silva - ME. **11) Inquérito Civil nº 06.2021.00000832-6** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Paranaíba - Requerente: Ministério Público Estadual - Assunto: Apurar a ocorrência de possível irregularidade ambiental envolvendo a supressão vegetal no perímetro urbano deste município. **12) Inquérito Civil nº 06.2021.00001050-0** - 32ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Hospital Santa Casa de Campo Grande - Assunto: Apurar se, conforme o item "c" do Ofício n. 165/CGJ/SESAU (pedido de providências), os fatos apontados nas constatações n. 597392, 597388 e 597827 do Relatório de Auditoria n. 18697 foram casos isolados do passado ou se eventualmente essas situações ainda ocorrem no contexto da atual da prestação de serviço pela santa casa, sob a égide do convênio em vigor, para que sejam sanadas. **13) Inquérito Civil nº**



06.2022.00000012-7 - 26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: Elayne Aparecida Serpa Dutra Marques - Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da propriedade Fazenda Agostinho R3A, localizada na APA do Guariroba, diante das informações contidas no Relatório Técnico n. 266/2021/UC-GFAV/SUFGA/SEMADUR. **14) Inquérito Civil nº 06.2022.00000054-9** - 42ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requeridos: Carlos Alberto Ávalos Cabanha e Elza Amorim Lima Ávalos - Assunto: Apurar a supressão de 0,53ha de vegetação nativa e a regularidade ambiental do imóvel denominado Fazenda Lima Ávalos, localizada em Campo Grande/MS e inscrita no CARMS0008255. **15) Inquérito Civil nº 06.2022.00000190-4** - 2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Naviraí - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerido: Joasmar de Assis Selva, Josmar de Assis Selva, Juliana Pinheiro Moreira Silvério - Assunto: Apurar a notícia de que a servidora pública municipal Juliana Pinheiro Moreira Silvério teria recebido valores indevidamente, com o auxílio do servidor Josmar de Assis Selva. **16) Inquérito Civil nº 06.2022.00000260-3** - 1ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude de Pedro Gomes - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerido: Casa de Acolhimento Municipal - Assunto: Apurar eventual irregularidade decorrente da ausência de estruturação física, de recursos materiais e equipe técnica no Serviço de Acolhimento Institucional Municipal, em arrepio às diretrizes previstas na Lei n. 8.742/93, alterada pela Lei n. 12.435/11, e à Resolução Conjunta CONANDA/CNAS n. 01/2009. **17) Inquérito Civil nº 06.2022.00000291-4** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Jardim - Requerente: 2º Pelotão de Polícia Militar Ambiental Jardim MS - Requerido: Admar Luiz Comin - Assunto: Apurar dano ambiental em Área de Preservação Permanente-APP, constatado na Fazenda Santo Antonio de propriedade de Admar Luiz Comin. **18) Inquérito Civil nº 06.2022.00000511-1** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Jardim - Requerente: 2º Pelotão de Polícia Militar Ambiental Jardim MS - Requerido: Jonas de Souza Romera - Assunto: Apurar possível atividade de loteamento irregular ocorrida na Chácara Santa Maria, localizada em Guia Lopes da Laguna/MS, em tese, praticada por Jonas de Souza Romero. **19) Inquérito Civil nº 06.2022.00000830-8** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Negro - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Sílvia Yamashita da Silva - Assunto: Supressão vegetação nativa em área fora da reserva legal, um total de 3,72 hectares sem autorização do órgão ambiental competente. **20) Inquérito Civil nº 06.2022.00000900-7** - 32ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande - Requerente: Conselho Regional de Medicina do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerido: Hospital Regional de Mato Grosso do Sul - Assunto: Apurar supostas irregularidades no Hospital Regional de Mato Grosso do Sul no Setor de Pronto Atendimento Médico Adulto e Pediátrico, constatadas no Relatório da Vistoria n. 57/2022 realizada, em 11/03/2022, pelo Departamento de Fiscalização do Conselho Regional de Medicina do Estado de Mato Grosso do Sul - CRM-MS. **21) Inquérito Civil nº 06.2022.00001220-1** - 46ª Promotoria de Justiça Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: Escola Municipal Manoel Gonçalves Martins - EXTENSÃO (Estância Araponga) - Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da Escola Municipal Manoel Gonçalves Martins - EXTENSÃO (Estância Araponga) visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino. **22) Inquérito Civil nº 06.2022.00001513-1** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Ambiental MS Pantanal - Assunto: Apurar a realização de atividade pela empresa Ambiental MS Pantanal SPE S.A, em desconformidade com a Licença de Operação nº 122/2018 relacionada a atividade de serviços de esgotamento sanitário e operação de estação elevatória de esgoto. **23) Inquérito Civil nº 06.2022.00001561-0** - 1ª Promotoria de Justiça de Jardim - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Maria Tereza Barbosa De Souza - Assunto: Apurar irregularidades ambientais na Fazenda Estiva, localizada em Guia Lopes da Laguna/MS, de propriedade de Maria Thereza Barbosa de Souza. **24) Inquérito Civil nº 06.2023.00000172-0** - 1ª Promotoria de Justiça de Batayporã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Romeu César Mascarello - Assunto: Apurar a supressão de 14 hectares, oriundos de queima em área de Reserva Legal, na Fazenda União, em Batayporã/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Relatório de Fiscalização Ambiental nº 001/3ºGPMA/5ºPEL/1ªCIA/BPMA/2021. **25) Inquérito Civil nº 06.2023.00000273-0** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Maracaju - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Renner Barbosa Pache - Assunto: Apurar a regularidade do pedido e pagamento de diárias pela Câmara Municipal de Maracaju/MS em benefício do Vereador Renner Barbosa relacionadas ao período de 09/08/22 a 14/08/22. **26) Inquérito Civil nº 06.2023.00000395-0** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Mauro Christianini - Assunto: Apurar corte de árvores isoladas com área de 3,454 hectares, na Fazenda Ouro Verde e Nova Palmares em Bodoquena/MS, sem autorização do órgão competente, conforme Auto de Infração nº: AI011501/2022. **27) Inquérito Civil nº 06.2023.00000658-0** - 2ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Conselho Tutelar de Ponta Porã - Assunto: Verificar eventual irregularidade no



horário de funcionamento do Conselho Tutelar de Ponta Porã. **28) Inquérito Civil nº 06.2023.00000799-0** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Anastácio - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar a irregularidade jurídico-ambiental da supressão de 1,51 ha de vegetação nativa, em área de reserva legal, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme conclusão do Laudo Técnico n. 163/2023/NUGEO, ocorrida na Fazenda Porto Novo (CAR/MS n. 0036408), em Anastácio/MS. **29) Inquérito Civil nº 06.2023.00000934-4** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Verde de Mato Grosso - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Idalencia Alves Andrade - Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 6,63 hectares em área declarada como Reserva Legal Proposta, Área de Uso Restrito para declividade de 25 a 45 graus e Área de Preservação Permanente, na Fazenda Sorriso, em Rio Verde de Mato Grosso/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Laudo Técnico nº n. 376/23/NUGEO (Programa DNA Ambiental). **30) Procedimento Preparatório nº 06.2023.00001009-5** - 3ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sidrolândia - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: indiciado a apurar - Assunto: Adotar as providências necessárias em relação ao atendimento n. 052023000067934. **31) Procedimento Preparatório nº 06.2023.00001064-0** - 25ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande - Requerente: Procuradoria da República no Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: Tim S/A - Assunto: Visa apurar eventual ineficiência de sinal de telefonia móvel 2G e 3G da operadora TIM na região do Hospital São Julião. **32) Inquérito Civil nº 06.2023.00001165-0** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Aparecida do Taboado - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Aparecida do Taboado - Assunto: Apurar eventuais ilegalidades relacionadas ao exercício de cargos em comissão e funções gratificadas no Município de Aparecida do Taboado/MS. **33) Inquérito Civil nº 06.2023.00001217-1** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bandeirantes - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Câmara Municipal de Bandeirantes-MS - Assunto: Apurar as irregularidades narradas na manifestação anônima n. 11.2023.00000877-7, assim como o desatendimento do interesse público ao inserir o cargo de controlador interno no grupo de cargos de provimento em comissão. **34) Inquérito Civil nº 06.2023.00001313-7** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Aparecida do Taboado - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Aparecida do Taboado - Assunto: Apurar eventuais ilegalidades relacionadas à prestação de serviços no Cemitério Municipal de Aparecida do Taboado/MS. **35) Inquérito Civil nº 06.2023.00001353-7** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Verde de Mato Grosso - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Metropolitam Participações em Sociedade Ltda. - Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 89,8860 hectares de remanescente de vegetação nativa, na Fazenda Paraíso do Coxim, em Rio Verde de Mato Grosso/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Auto de Infração nº 012862/2023 - IMASUL. **36) Inquérito Civil nº 06.2023.00001392-6** - 32ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande - Requerente: 15ª Vara Cível de Campo Grande - Requerido: - Assunto: Apurar a regularidade da prestação do serviço do Centro de Reabilitação e Tratamento para dependentes químicos, alcoolistas e familiares. **37) Inquérito Civil nº 06.2023.00001393-7** - 32ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Secretaria Municipal de Saúde Pública de Campo Grande/MS - Assunto: Relatório Situacional das Comunidades Terapêuticas de Campo Grande, em que aponta pendências apresentadas pela Associação Casa do RENOVO perante a Vigilância Sanitária Municipal. **38) Inquérito Civil nº 06.2024.00000095-7** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Adriano Pereira da Silva - Assunto: Apurar as irregularidades ambientais trazidas pelo AI n. 4752 da PMA, que informa a caça ilegal praticada por Adriano Pereira da Silva. **39) Inquérito Civil nº 06.2024.00000190-1** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Verde de Mato Grosso - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Arlete Cabral Martins Frei - Assunto: Apurar o desmatamento de 6,89 hectares sem autorização do órgão ambiental na Fazenda Padre Vitor.

Campo Grande, 19 de abril de 2024.

MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO

Procuradora de Justiça

Secretária do Conselho Superior do MP

**AVISO Nº 020/2024/SCSMP**

A Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público, em cumprimento ao disposto no artigo 150 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, dá conhecimento aos interessados da existência de **recurso** na seguinte **Notícias de Fato**:

1) Notícia de Fato nº 01.2024.00000878-2

2ª Promotoria de Justiça do dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Corumbá

Recorrente: Matheus Vinícius Vaquis Adams

Recorrido: Ministério Público Estadual

Assunto: Esclarecimentos acerca da transferência de paciente do componente especializado da assistência farmacêutica de Vale do Paraíso/ RO para o Município de Corumbá/ MS.

Campo Grande, 19 de abril de 2024.

MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO

Procuradora de Justiça

Secretária do Conselho Superior do MP

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2024NE001526 DE 22.04.2024 DO PROCESSO 09.2024.00003764-4**

Unidade Gestora: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Ordenadora de Despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Credor: Diluz Comércio de Materiais Elétricos Ltda.

Procedimento licitatório: Ata de Registro de Preços nº 03/PGJ/2023 - Pregão Eletrônico nº 28/PGJ/2022.

Objeto: Aquisição de materiais químicos para construção civil e materiais para manutenção de bens imóveis, para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor: R\$ 21.670,00 (vinte e um mil seiscentos e setenta reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2024NE001526 de 22.04.2024.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/1993.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO Nº 2024NE001527 DE 22.04.2024 DO PROCESSO Nº 09.2024.00003752-2

Unidade Gestora: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Ordenadora de Despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Credor: Souza Alves & Cia Ltda.

Procedimento licitatório: Ata de Registro de Preços nº 001/PGJ/2023 - Pregão Eletrônico nº 28/PGJ/2022.

Objeto: Aquisição de materiais químicos para construção civil e materiais para manutenção de bens imóveis, para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor: R\$ 12.886,00 (doze mil oitocentos e oitenta e seis reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2024NE001527 de 22.04.2024.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/1993.

**EXTRATO DA CARTA-CONTRATO Nº 057/PGJ/2024**

Processo: 09.2024.00003396-0

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **W C CARSO LA SERVIÇOS DE JARDINAGEM**, representada por **Weliton Cardoso Carsola**.

Procedimento licitatório: Dispensa.

Amparo legal: Inciso II do artigo 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Objeto: Prestação de serviço limpeza de calhas no edifício-sede da Promotoria de Justiça da comarca de Bonito/MS.

Valor estimado trimestral: R\$ 500,00 (quinhentos reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2024NE001492, de 17.04.2024.

Vigência: 22.04.2024 a 31.12.2024.

Data de assinatura: 22 de abril de 2024.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA**PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA FINAL****CAMPO GRANDE****EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 11ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ¹, de 24 de novembro de 2023, comunica à investigada a decisão de arquivamento do inquérito policial nº 0029395-58.2022.8.12.0001, em que consta como vítima Elietty Benitez da Silva e investigada Yane Zaira Marques Carvalho Bezerra, conforme se transcreve: “O conjunto probatório não permite apontar, com a segurança constitucional exigida, a autoria do delito, posto não haver demonstração em que circunstâncias a conta da suspeita foi utilizada, restando, neste momento, um vazio probatório impossível de ser sanado, devendo militar em favor de Yane Zaira Marques Carvalho Bezerra, o princípio do in dubio pro reo, que sequer foi localizada para apresentar sua versão para os fatos. Salienta-se que em caso de surgimento de novas provas as investigações poderão ser retomadas (art. 18 do CPP)”.

Campo Grande, 22 de abril de 2024.

GRAZIA STROBEL DA SILVA GAIFATTO

Promotora de Justiça

¹ “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”



PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA ESPECIAL

APARECIDA DO TABOADO

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Aparecida do Taboado, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ², de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do inquérito policial autuado sob o nº 0800575-53.2024.8.12.0024, **ao investigado** Veraldino Evangelista dos Santos, conforme se transcreve: “Ante o exposto, tendo em vista a insuficiência dos elementos de informação quanto a autoria e materialidade delitivas da infração penal prescrita no art. 147 do Código Penal, o Ministério Público requer o arquivamento do presente inquérito policial, por ausência de justa causa à propositura da ação penal, sem prejuízo do disposto no art. 18 do Código de Processo Penal e Súmula 524 do Supremo Tribunal Federal.”

Aparecida do Taboado/MS, 22 de abril de 2024.

MATHEUS MACEDO CARTAPATTI

Promotor de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Aparecida do Taboado, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ³, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do inquérito policial autuado sob o nº 0000778-19.2022.8.12.0024, **ao investigado** Welton Silva de Oliveira, conforme se transcreve: “Ante o exposto, tendo em vista a insuficiência dos elementos de informação quanto a autoria e materialidade delitivas com relação à infração penal disposta no art. 147 do Código Penal, o Ministério Público requer o arquivamento do presente inquérito policial, por ausência de justa causa à propositura da ação penal, sem prejuízo do disposto no art. 18 do Código de Processo Penal e Súmula 524 do Supremo Tribunal Federal”.

Aparecida do Taboado/MS, 22 de abril de 2024.

MATHEUS MACEDO CARTAPATTI

Promotor de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Aparecida do Taboado, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ⁴, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do inquérito policial autuado sob o nº 0800571-16.2024.8.12.0024, **ao investigado** Paulo Henrique Barbosa de Souza, conforme se transcreve: “Ante o exposto, diante da ausência de lastro probatório mínimo de autoria e materialidade delitivas, o Ministério Público Estadual, por seu Promotor de Justiça, requer o arquivamento destes autos, com as cautelas do art. 18 do Código de Processo Penal.”

Aparecida do Taboado/MS, 22 de abril de 2024.

MATHEUS MACEDO CARTAPATTI

Promotor de Justiça

² “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

³ “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

⁴ “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”



CHAPADÃO DO SUL

EDITAL 001/2024/1ª PJCS

A Promotoria de Justiça do Consumidor da Comarca de Chapadão do Sul-MS torna pública a instauração de Inquérito Civil, que se encontra à disposição na Avenida Mato Grosso do Sul, n. 435, Bairro Parque União, neste Município. Os autos do referido procedimento poderão ser acessados via internet, no endereço:

<http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2024.00000348-7

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Vivo S.A.

Assunto: Apurar eventual deficiência de sinal de telefonia móvel e de dados móveis da empresa Vivo S.A, no município de Chapadão do Sul/MS.

Chapadão do Sul/MS, 19 de abril de 2024.

JULIANA PELLEGRINO VIEIRA

Promotora de Justiça

CORUMBÁ

EDITAL 0012/2024/05PJ/CBA

Autos de Inquérito Civil nº 06.2024.00000397-6

A 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS, de Proteção do Patrimônio Público e Social, Defesa do Consumidor, Curadoria dos Registros Públicos e Fundações, torna pública a instauração do Inquérito Civil 06.2024.00000397-6, que se encontra à disposição na Rua América, 1880, Centro, Prédio do Ministério Público Estadual, em Corumbá/MS. O referido procedimento é digital e poderá ser acessado integralmente via internet no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Requerente: Bruno Emanuel Fonseca da Cruz

Requeridos: Município de Ladário e outros.

Assunto: apurar possível ilegalidade da contratação direta pelo Município de Ladário-MS do escritório de advocacia Fernanda de Paula Sociedade Individual de Advocacia, pelo valor de até R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais), em desconformidade com as hipóteses previstas na Lei nº 14.133/21 (processo 2309/2024 - inexigibilidade 18/2024).

Corumbá/MS, 19 de abril de 2024.

LUCIANO BORDIGNON CONTE

Promotor de Justiça

DOURADOS

PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO ELEITORAL Nº 06.2024.00000383-2**Portaria nº 001/2024/PJE/43ZE**

O Ministério Público Eleitoral, por intermédio do Promotor Eleitoral abaixo assinado, no uso das atribuições legais, e com fundamento nas disposições contidas na Portaria PGE nº. 01, de 09 de setembro de 2019, que regulamenta o Procedimento Preparatório Eleitoral - PPE, e;

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial a função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica e do regime democrático (art. 127, *caput*, da CF);



CONSIDERANDO as atribuições do Ministério Público Eleitoral para atuar em todas as fases e instâncias do processo eleitoral, conforme determinam os arts. 72 e seguintes, da LC nº 75/93.;

CONSIDERANDO que, segundo o artigo 105-A da Lei das Eleições (Lei nº 9.504/1997), os procedimentos previstos e regulados na Lei 7.347/1985 não são aplicáveis em matéria eleitoral, o que afasta a possibilidade de se instaurar Inquérito Civil nestes casos, inclusive, segundo jurisprudência ainda majoritária o TSE;

CONSIDERANDO que o Procedimento Preparatório Eleitoral, previsto e disciplinado na Portaria PGE nº 01/2019, é o instrumento adequado para colher subsídios necessários à atuação do Ministério Público Eleitoral perante a Justiça Eleitoral, visando à propositura de medidas cabíveis, no momento oportuno, em relação às infrações eleitorais de natureza não criminal, conforme art. 58, da referida Portaria;

CONSIDERANDO que chegou ao conhecimento do Ministério Público Eleitoral a informação de que alguns indígenas estavam “levando” seus títulos eleitorais para o Município de Itaporã, seja transferindo deste Município de Dourados ou se alistando, diretamente, para “votar” em Itaporã, fato este noticiado pelo Juízo da 43ª Zona Eleitoral de Dourados, por intermédio do Ofício nº 1488/2024-TRE/ZE043;

CONSIDERANDO que, pelo § 4º do art. 13 da Resolução nº 23.659/2021 não há possibilidade de exigência de comprovação de endereço de indígenas;

CONSIDERANDO a necessidade de esclarecimento sobre a existência de alguma interferência externa na voluntariedade das transferências dos títulos dos indígenas, inclusive com o transporte para tanto, de forma a evidenciar possível abuso de poder político para captação de eleitores e, se for o caso, a respectiva autoria;

RESOLVE instaurar o presente PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO ELEITORAL com o objetivo de colher elementos e apurar possível ilícito eleitoral, nos termos dos *considerandos* acima fundamentados.

Para tanto, DETERMINO as seguintes providências:

1. Registre-se o presente procedimento em sistema próprio (SAJ/MP);
2. Comunique-se, via meio eletrônico, o Centro de Apoio Operacional das Promotorias Eleitorais da instauração do presente procedimento, encaminhando cópia desta peça inaugural;
3. Determino seja oficiado o juízo eleitoral respectivo, apenas para conhecimento acerca da instauração do procedimento, em resposta ao Ofício nº 1488/2024-TRE/ZE043;
4. Dê-se publicidade a presente instauração encaminhando-se cópia desta Portaria para publicação no Diário Oficial Eletrônico, em cumprimento ao disposto no art. 76 da Portaria PGE nº 01/2019;
5. Após, venham-me os autos para despacho e designação de data para as inquirições necessárias.

Cumpra-se.

Dourados/MS, 18 de abril de 2024.

CLAUDIO ROGÉRIO FERREIRA GOMES
Promotor de Justiça Eleitoral



NAVIRAÍ

EDITAL Nº 0003/2024/02PJ/NVR

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Naviraí/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua dos Pioneiros, nº 50, Centro ou através site <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2024.00000361-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Naviraí

Assunto: Apurar eventuais irregularidades no Portal da Transparência do Município de Naviraí, descritas no Relatório de Análise n. 97/2023/DAEX e Análise e Parecer n. 8/DAEX/2023, e promover a adequação das desconformidades às normas de acesso à informação.

Naviraí, 17 de abril de 2024

FERNANDA PROENÇA DE AZAMBUJA

Promotora de Justiça

SONORA

INQUÉRITO CIVIL Nº MP 06.2022.00001323-3

Ministério Público Estadual

RECOMENDAÇÃO nº 0001/2024/01PJ/SNR/PJSon

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, neste ato representado pelo órgão de execução que esta subscreve, no exercício das atribuições previstas nos artigos 127, “caput” e 129, inciso II, ambos da Constituição Federal, bem como no artigo 27, inciso IV, da Lei nº 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), e,

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, nos termos do artigo 127, “caput”, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que são funções institucionais do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Carta Magna, bem como a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, nos termos do artigo 129, incisos II e III, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público Estadual expedir recomendações, visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, bem como ao respeito aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe cabe promover, fixando prazo razoável para a adoção das providências cabíveis (art. 27.º, par. único, inc. IV, da Lei Federal 8.625/93);

CONSIDERANDO que, segundo o artigo 1º da Resolução nº 164/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público, “a recomendação é instrumento de atuação extrajudicial do Ministério Público por intermédio do qual este expõe, em ato formal, razões fáticas e jurídicas sobre determinada questão, com o objetivo de persuadir o destinatário a praticar ou deixar de praticar determinados atos em benefício da melhoria dos serviços públicos e de relevância pública ou do respeito aos interesses, direitos e bens defendidos pela instituição, atuando, assim, como instrumento de prevenção de responsabilidades ou correção de condutas”;

CONSIDERANDO que, ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes (art. 37, XXI, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que o processo licitatório destina-se a garantir a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto (art. 18, VIII, da Lei n. 14.133/21);

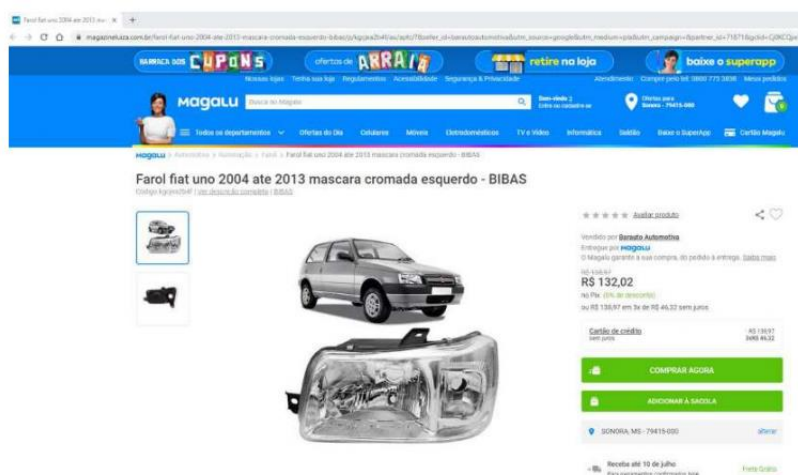
CONSIDERANDO o quantum disposto na nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei n. 14.133/21), que ao dispor sobre os objetivos do processo licitatório impõe “assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição” (art. 11, inciso II) e, no parágrafo único do mesmo artigo, encarrega os responsáveis de promover as ações necessárias para garantir o alcance dos objetivos preconizados:

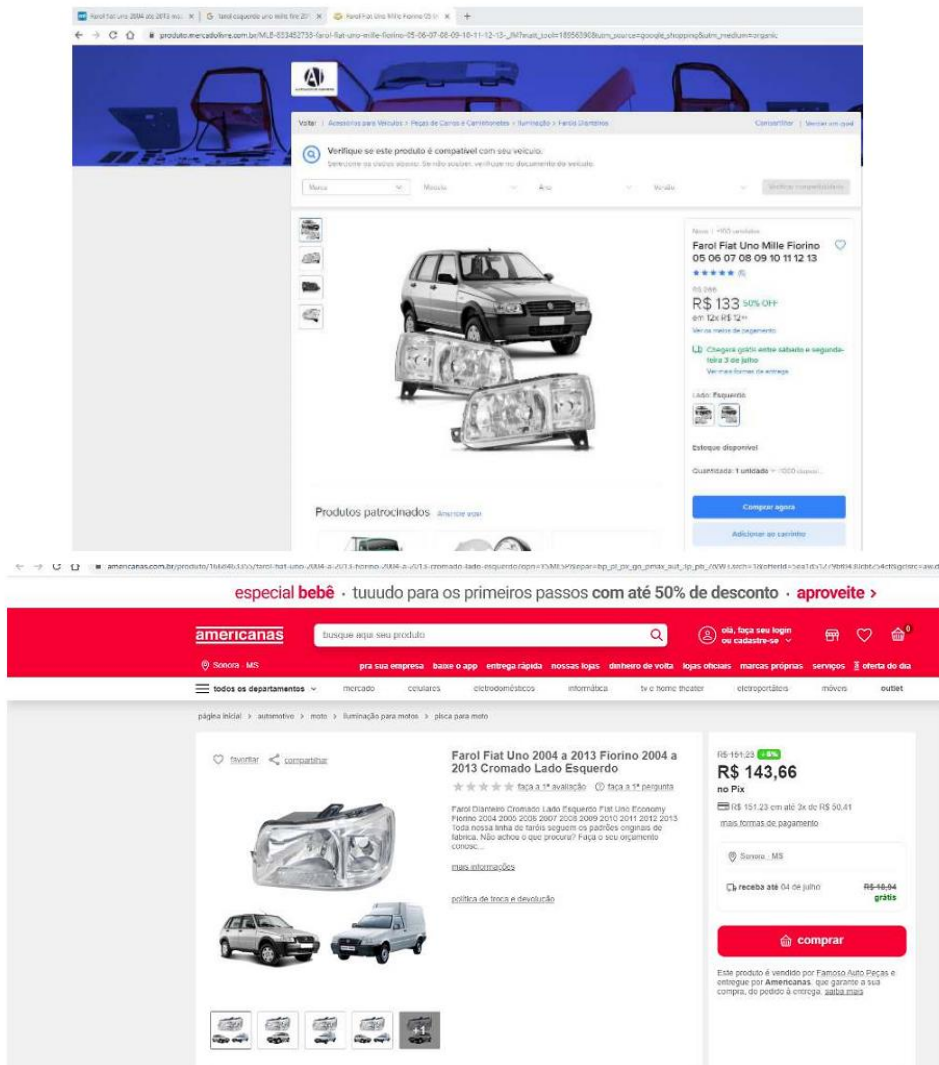
Art. 11. [...] Parágrafo único. A alta administração do órgão ou entidade é responsável pela governança das contratações e deve implementar processos e estruturas, inclusive de gestão de riscos e controles internos, para avaliar, direcionar e monitorar os processos licitatórios e os respectivos contratos, com o intuito de alcançar os objetivos estabelecidos no caput deste artigo, promover um ambiente íntegro e confiável, assegurar o alinhamento das contratações ao planejamento estratégico e às leis orçamentárias e promover eficiência, efetividade e eficácia em suas contratações. (grifei)

CONSIDERANDO que a mesma Lei de Licitações, sob a epígrafe DA FASE PREPARATÓRIA já prevê as providências que precisam ser adotadas antes da abertura da licitação, as quais envolvem, dentre outras, a elaboração de termo de referência; orçamento estimado, com as composições dos preços utilizados para sua formação; e abordagens mercadológicas, a fim de garantir que, ao licitar, a Administração Pública tenha se servido de mecanismos que lhe assegurem contratações justas e vantajosas;

CONSIDERANDO as informações que instruem o Inquérito Civil n. 06.2022.00001323-3, em trâmite na Promotoria de Justiça de Sonora, donde se extrai que o Município de Sonora efetuou possível contratação de item com preço muito acima da média estimada de mercado, conforme a seguir descrito (Relatório de Análise Contábil nº 064/DAEX/CORTEC-CE/2023):

Ainda sobre a nota fiscal n. 3764, chamou a atenção o fato do item FAROL DIANTEIRO ESQUERDO DO UNO custar R\$ 1.070,00 (Mil e setenta reais). Pois ao pesquisarmos na internet tal produto, nós encontramos o mesmo item, incluso o frete até o município, com valores que representavam 14% do valor pago, ou seja, os preços encontrados pela internet, demonstraram que o município pagou aproximadamente 86% (R\$ 920,20) mais caro pelo FAROL. Segue as figuras das pesquisas realizadas:





RECOMENDA:

Ao Município de Sonora, na pessoa do Exmo. Prefeito Enelto Ramos da Silva, e à Comissão de Licitação do Município de Sonora, na pessoa do responsável:

- Que, primando pela preservação do patrimônio público, consubstanciada na busca pelas contratações mais vantajosas para o cofre público e que atendam satisfatoriamente ao interesse social, adote como praxe a consulta prévia de preços e fixação de valores mínimos e máximos (Utilização de Termo de Referência para os itens a serem licitados), conforme o caso, como mecanismo apto a evitar contratações com preços excessivos, superfaturados ou impraticáveis, sem prejuízo de outras medidas que o corroborem, nos exatos termos dispostos na Lei de Licitações quanto aos procedimentos que incluem a Fase Preparatória do certame (Lei n. 14.133/21);

- que adote as providências necessárias à promoção da gestão por competências e designação de agentes públicos suficientemente qualificados e/ou hábeis à fiel execução das normas relativas ao procedimento licitatório em todas as suas etapas, conforme preconiza o art. 7.º da nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei n. 14.133/21), de modo a observar o cumprimento dos princípios e normas de licitação.

Por fim, nos termos do art. 45, caput e parágrafo único, da Resolução n. 015/2007/PGJ, aguarda-se o prazo de 30 (trinta) dias para que os recomendados respondam, por escrito, a este expediente, devendo providenciar, *incontinenti*, a divulgação adequada e imediata da presente recomendação em todos os meios de comunicação disponíveis, sem prejuízo da publicação que será providenciada pelo próprio Ministério Público Estadual.

Sonora/MS, 19 de abril de 2024.

MARCOS ANDRÉ SANT'ANA CARDOSO
Promotor de Justiça em Substituição Legal